



ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



OFÍCIO Nº 003/2024 – DGLC/SEC/ADM/CMA

Apuí, Amazonas em 11 de setembro de 2024.

À Ilma. Senhora

Lourdes Reis Lauria

Representante Legal da Empresa **RECORD PROCESSAMENTO E CONTABILIDADE LTDA - CNPJ:**
34.586.982/0001-67.

Manaus - Amazonas.

Assunto: Juntada de documentação necessária a habilitação e demais requisitos para possível a contratação.

Senhora Empresária,

Tendo em vista a publicação do **Aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA. Ref. ao Processo Administrativo n.º 022/2024 – SEC/ADM/CMA e considerando que** Empresa **RECORD PROCESSAMENTO E CONTABILIDADE LTDA - CNPJ:** 34.586.982/0001-67, como proponente apresentou a proposta preços e proposta técnica, que atende na íntegra o objeto que a Câmara Municipal de Apuí, necessita contratar.

FICA Vossa Senhoria **NOTIFICADA** para encaminhar a esta Divisão de Gestão de Licitações e Contratos, a documentação complementar de habilitação, no prazo de até 02 (dois) dias (úteis), a contar de 11/09/2024, podendo ser enviada pelo e-mail: **camara.licitacao@apui.am.leg.br** ou **protocolar no setor de protocolo na sede do Poder Legislativo**, nos termos que dispõe os itens 7 e 8 com o rol documental do anexo II do Aviso de Dispensa De Licitação Nº 002/2024 – DGLC/SEC/ADM/CMA – Presencial, sob pena de inabilitação.

Obs. As declarações devem seguir os modelos anexos III, IV e ainda quando requerer tratamento diferenciado, juntar declaração conforme modelo anexo VII, ambas do referido aviso.

Sendo mais para o momento.

Serv. Itajair Huberti Jung
Matricula Nº 007/1997
Agente de Contratação/ Pregoeiro
Portaria n.º 049/2024 - CMA.





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO II - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HABILITAÇÃO

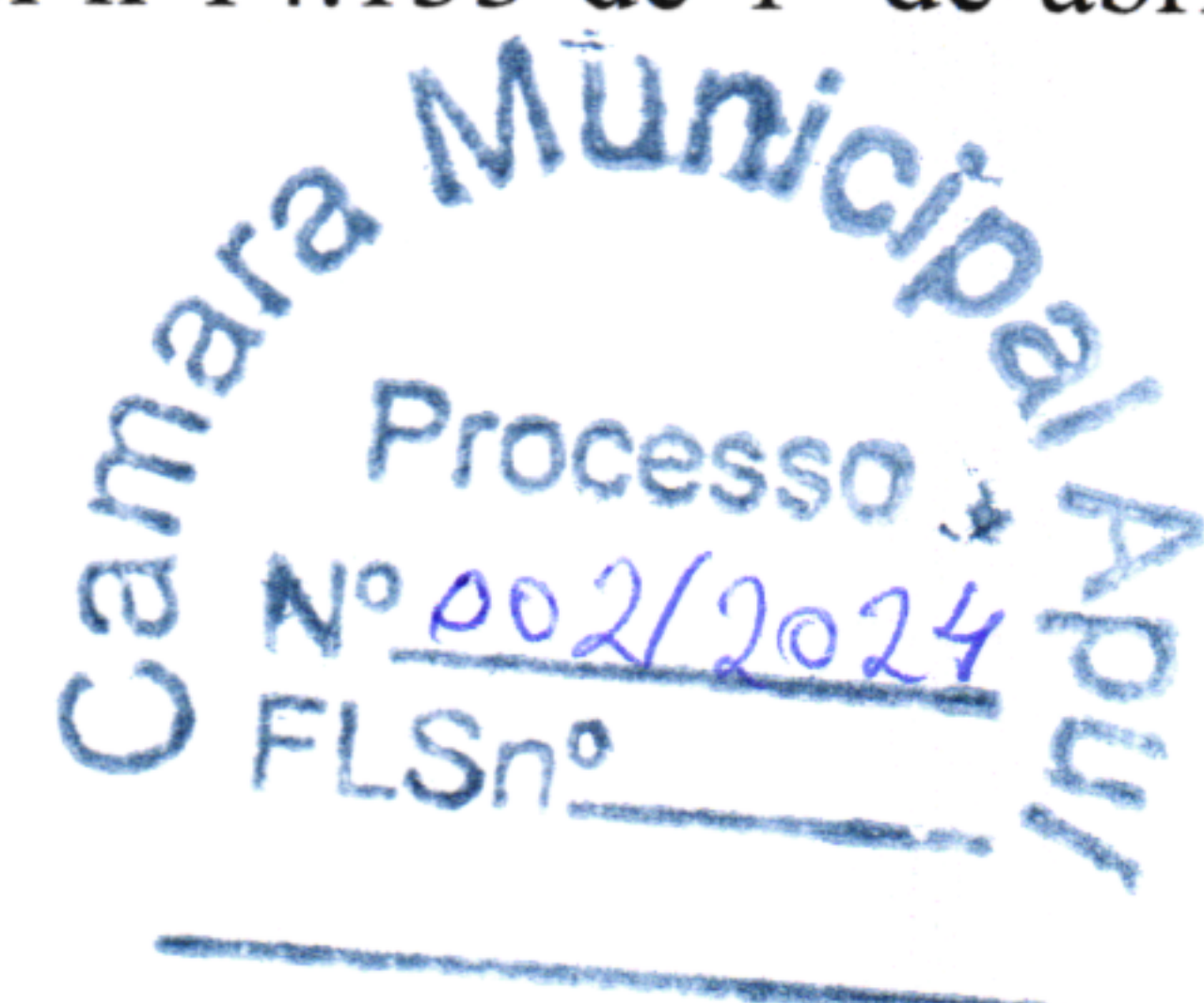
1. Para fins de cumprimento dos artigos 68 e 72 e inciso V, da Lei nº 14.133/2021, artigo 13 da Resolução Nº 001/2024, combinado com o artigo 132 da Resolução Nº 002/2024 ambas da Câmara Municipal de Apuí, empresa com a proposta vencedora deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação

1.1.DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual,
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; e,
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- f) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº. 12.440/2011;
- h) prova de situação regular perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos;
- i) declaração de empregador de que cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso VI, do artigo 68 da Lei nº14.133 de 1º de abril de 2021, conforme modelo, Anexo III.





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- a) apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; e
- b) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

1.5. OUTROS DOCUMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- a) cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante da empresa licitante e do procurador, se houver.
- b) comprovante de residência do representante da empresa licitante e do procurador, se houver.
- c) declaração de grau parentesco de que trata artigo 15 da Resolução Nº 001, de 26 de março de 2024 da Câmara Municipal de Apuí, conforme modelo, Anexo IV.
- d) declaração ou documento similar extraído do Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Município, do Estado ou da União ou órgão equivalente.





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO III - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR

_____, CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, declara, sob as penas da lei, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de dezesseis anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao estabelecido no inciso VI, do artigo 68 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, combinado com disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade firmo a presente declaração.

Apuí, Amazonas em ____ de _____ de _____.

(Nome)
(RG e CPF)

Nome por extenso do Representante Legal Cargo e Função:
(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)





ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO IV - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

CNPJ _____ nº _____, sediada
_____, por intermédio de seu representante legal,
infra-assinado, declara, sob as penas da lei, que NÃO POSSUI em seu seu quadro societário
cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-
Prefeito, Vereadores e Secretários dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal ou dos titulares
de cargos que lhe sejam equiparados e dos dirigentes de órgãos da administração direta ou
indireta municipal, da Câmara Municipal de Vereadores ou servidor investido em cargo de
direção e de assessoramento.

Em caso positivo, informar:

Nome: _____

Cargo: _____

Relação de parentesco: _____

Apuí, Amazonas em ____ de _____ de _____.

(Nome)
(RG e CPF)

Nome por extenso do Representante Legal Cargo e Função:
(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)





**ESTADO DO AMAZONAS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE APUÍ**
Divisão de Gestão de Licitações e Contratos



ANEXO VII - Aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2024 - DGLC/SEC/ADM/CMA

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA — ME OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE — EPP**

(Representante Legal), na qualidade de sócio ou proprietário da empresa (Razão Social e CNPJ), DECLARO, sob as penas da lei, que esta empresa enquadra-se na categoria de Microempresa — ME (ou Empresa de Pequeno Porte — EPP), na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar n.123/2006 e não está incursa nos impedimentos tratados no artigo 4º da Lei 14.133/2021, podendo, assim, usufruir a prerrogativa e o direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 49 da citada lei complementar. Por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Data, local e assinatura do representante legal da proponente.

Ass. do Representante Legal

Nome por extenso do Representante Legal Cargo e Função:
(Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

